

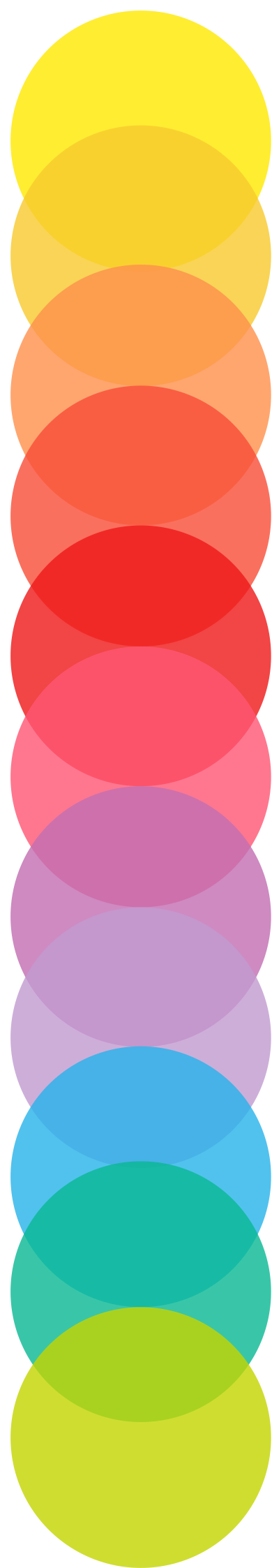
CALDAS. VERDE. LIVRE.

Programa autárquico para
as Caldas da Rainha

versão completa

AUTÁRQUICAS 2025





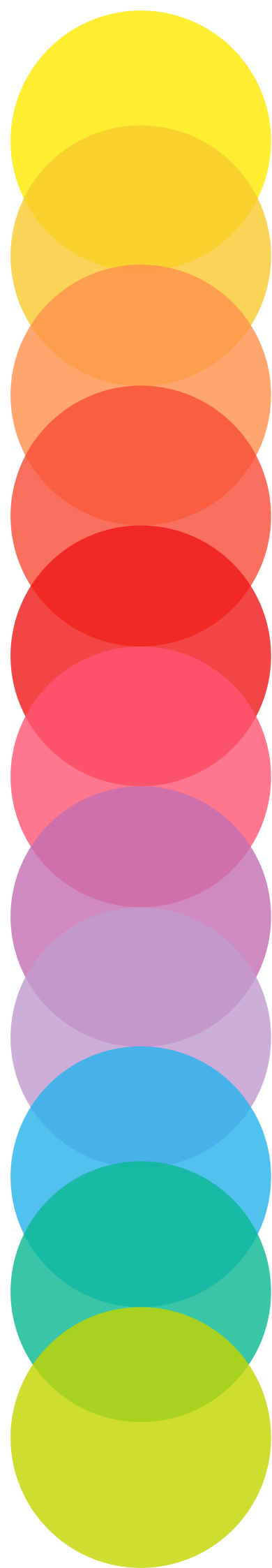
CALDAS. VERDE. LIVRE.

Caldas da Rainha é um concelho com identidade própria, marcado pela diversidade das suas gentes e pela riqueza do património natural e cultural. Mas ser um território rico em recursos não basta: é preciso garantir que este potencial serve quem cá vive, estuda, trabalha ou passa. Queremos um concelho que coloque as pessoas no centro, que seja justo, sustentável e democrático, e que ofereça qualidade de vida em cada rua, em cada bairro, em cada freguesia, em cada comunidade.

A nossa prioridade é construir uma cidade mais verde e saudável. Precisamos de mais espaços verdes planeados para serem vividos, de parques e áreas naturais que acolham crianças, jovens, famílias e pessoas mais velhas. O ambiente deve entrar também nas instituições — nas escolas, nos lares, nas associações —, transformando o concelho num verdadeiro exemplo de sustentabilidade e consciência ambiental.

A habitação é uma das maiores preocupações das famílias e jovens caldenses. A pressão especulativa está a afastar quem aqui reside para soluções precárias ou para a periferia, enquanto o mercado privado responde sobretudo às lógicas de investimento. É urgente criar um parque público de habitação que regule preços e assegure dignidade, para que morar nas Caldas não seja um privilégio, mas um direito acessível a todas as pessoas.

Um concelho justo exige uma rede de mobilidade pensada para as pessoas. Os transportes públicos gratuitos devem chegar de forma eficaz a todas as freguesias, ligando-as entre si e à cidade. É também essencial investir em ligações pedonais e cicláveis seguras, aproximando comunidades vizinhas. A ferrovia deve ser valorizada como eixo estratégico: a Linha do Oeste é vital para o desenvolvimento da região e para reduzir a dependência do transporte individual.



A igualdade e os direitos humanos são pilares da nossa proposta. Queremos um município que proteja migrantes, minorias étnicas e religiosas, pessoas LGBTQIA+, pessoas em situação de sem-abrigo, idosos e pessoas com deficiência. Uma autarquia que não alimenta medos nem restringe liberdades, mas que promove inclusão, dignidade e respeito para todas as pessoas.

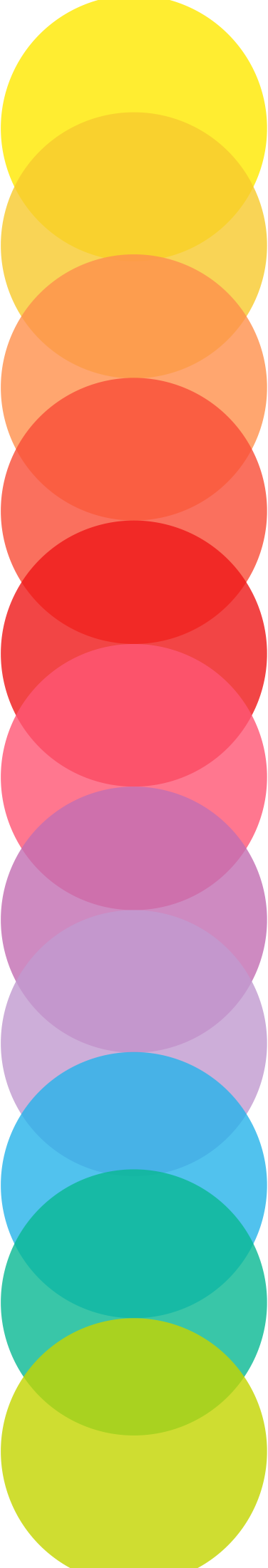
Uma democracia local viva depende da participação cívica, onde as pessoas são ouvidas, sentem-se parte das soluções e cuidam do espaço coletivo. Defendemos mais proximidade, mais mecanismos de participação e uma autarquia aberta à colaboração com cidadãs e cidadãos e associações.

A cultura deve estar ao alcance de todas as pessoas. Nas Caldas da Rainha, não há razão para que alguém fique afastado da vida cultural. O município tem de promover o acesso desde cedo, envolvendo escolas e comunidades, e garantir que também nas freguesias periféricas existem oportunidades de criação e fruição cultural. Os mercados devem ser revalorizados como espaços de encontro, de partilha e de sustentabilidade, e a produção cultural local reconhecida pelo município como parte da identidade caldense.

A economia local deve assentar em práticas sustentáveis e solidárias. O setor agrícola, tão enraizado na região, precisa de apoio para adotar métodos ambientalmente responsáveis, combatendo pragas sem comprometer o futuro. Devemos também aproximar produtores e consumidores, através de cadeias curtas que reforcem a soberania alimentar e reduzam o impacto ambiental.

Na saúde, importa proteger o património único que é o Hospital Termal, mantendo-o público e ao serviço da população. É urgente clarificar e avançar com a construção do novo Hospital do Oeste, sem mais adiamentos. E o hospital atual deve ser adaptado para responder a áreas prioritárias como a saúde mental, os cuidados continuados, a reabilitação, a nutrição e a saúde oral.

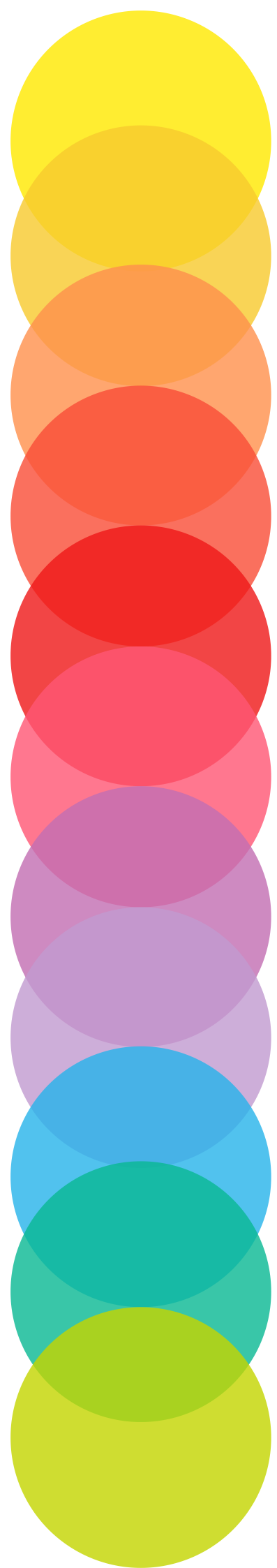
A educação é chave para preparar as novas gerações. Queremos escolas que desenvolvam não apenas o conhecimento, mas também as competências sociais e emocionais. Espaços onde as crianças tenham tempo para brincar, aprender em contacto com a natureza e crescer com uma visão integrada de sustentabilidade. O desporto, parte essencial da formação, deve ser acessível a todas as pessoas, sem barreiras financeiras ou logísticas, com escolas, comunidade e clubes a trabalharem lado a lado.

A vertical decorative element on the left side of the page, consisting of a series of overlapping circles in various colors: yellow, orange, red, pink, purple, blue, teal, and green.

Num tempo de riscos ambientais e climáticos crescentes, é necessário reforçar a proteção civil, preparando a população para fenómenos extremos e garantindo uma resposta rápida e eficaz a catástrofes.

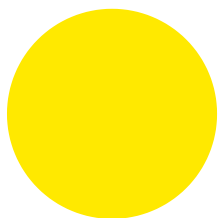
O bem-estar animal deve também ser uma prioridade. Defendemos o fim de apoios públicos à tourada, a requalificação da praça de touros para usos mais úteis à população e o reforço do apoio municipal a serviços veterinários e associações de proteção animal.

Este é o compromisso que assumimos: fazer das Caldas da Rainha um concelho mais verde, inclusivo, sustentável e democrático. Uma cidade viva e participada, onde cada pessoa encontra espaço para viver com dignidade, segurança e felicidade – Caldas mais verde, mais LIVRE!



ÍNDICE

A. Ambiente e Estrutura verde	6
B. Habitação e Urbanismo	10
C. Mobilidade e Transportes	14
D. Igualdade e Direitos Humanos	18
E. Democracia Local e Cidadania	21
F. Cultura, Arte e Jornalismo	24
G. Economia Local	28
H. Saúde e Bem-Estar	33
I. Educação e Desporto	37
J. Proteção Civil	42
K. Bem-estar e Proteção Animal	44



A.

Ambiente e Estrutura verde

A emergência climática e a crise da biodiversidade são dois dos maiores desafios do século XXI, e os municípios têm um papel crucial na resolução destes, não só devido à sua proximidade às pessoas, mas também pelo seu conhecimento privilegiado do território.

Caldas da Rainha apresenta um património natural riquíssimo, como a Lagoa de Óbidos, o Paúl de Tornada e a Mata Nacional das Mestras, que é fundamental proteger e preservar para as futuras gerações.

Além disso, apesar do concelho se inserir numa região de clima moderado, são já notáveis os efeitos da emergência climática, nomeadamente o aumento da temperatura média e a crescente ocorrência de tempestades e inundações. Os espaços verdes e naturais são um refúgio das altas temperaturas durante o verão para os caldenses, são a principal fonte de biodiversidade no concelho e contribuem para a permeabilização do solo e redução de riscos naturais. A existência de espaços verdes e a convivência com a natureza é também essencial para o bem estar e qualidade de vida das pessoas. A natureza e os espaços verdes do concelho assumem, assim, uma importância cada vez maior e é por isso que os queremos proteger e expandir.

Queremos um presente e um futuro mais sustentável e é fundamental envolver a comunidade neste desígnio. A promoção de

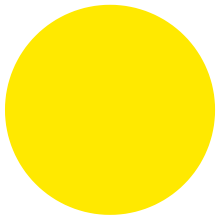
uma alimentação saudável e sustentável através da valorização da produção local e da expansão das hortas urbanas e hortas em contexto escolar, contribui para a saúde das pessoas e também para uma maior ligação à natureza. E esta ligação deve ser reforçada através de programas de literacia ambiental e climática, empoderando a comunidade, tornando-a mais informada, ativa e preparada para os desafios ambientais.

O município das Caldas da Rainha deve também fazer parte da solução e contribuir para a transição energética no país. Assim, deve existir um maior investimento na produção de energia a partir de fontes renováveis nos edifícios e equipamentos públicos e a promoção da criação de Comunidades de Energia Renovável. Por fim, os recursos hídricos assumem uma grande importância nas Caldas da Rainha, e por isso é crucial a valorização e conservação dos rios e ribeiras, como a Lagoa de Óbidos, o Rio da Cal, Rio Tornada e Rio Arnóia. Queremos assegurar o acesso à água potável e ao saneamento básico, não só nas habitações mas também nos espaços públicos.

Por isso propomos:

Espaços verdes e solo

1. Implementar e atualizar o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano. Estabelecer objetivos específicos e calendarizados para



melhoria, manutenção e expansão regular dos espaços arborizados urbanos e das povoações, privilegiando as espécies de plantas autóctones e perenes e silvestres melíferas em detrimento de plantas exóticas, suportando a biodiversidade local e promovendo a abundância e diversidade das espécies de polinizadores;

2. Integrar o combate a espécies exóticas invasoras (como acácias e erva das pampas) na rotação de operações dos serviços de espaços verdes ou equivalentes, em colaboração com a Proteção Civil, promovendo sessões de informação ou envolvimento direto da cidadania na eliminação e monitorização contínua destas espécies nos locais intervencionados;

3. Criar viveiros municipais ou intermunicipais para produção de espécies autóctones, destinadas à requalificação dos espaços verdes municipais, e à oferta ou fornecimento participado em pequenas quantidades às instituições e munícipes que demonstrem ter locais adequados às mesmas sem finalidade comercial;

4. Evitar qualquer revisão ou alteração do Plano Director Municipal (PDM) que reduza a Reserva Ecológica Nacional (REN) e/ou a Reserva Agrícola Nacional (RAN) como excepcional e, se possível, tomar as diligências necessárias para a reversão de revisões que as tenham reduzido;

5. Promover a permeabilização do solo em meio urbano, identificando uma percentagem do solo em espaços alcatroados que permitam ser

permeabilizados, com vista à redução de riscos naturais, como inundações;

6. Concluir a elaboração do Plano Municipal de Ação Climática, assegurando como objetivo fundamental a descarbonização do concelho;

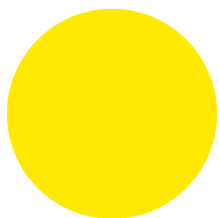
Comunidade e sustentabilidade

7. Promover a integração da agricultura e da alimentação no Plano Director Municipal e no Plano Climático, construindo uma Estratégia Alimentar Municipal participativa e colaborativa, que integre as várias áreas sectoriais e os agentes do território que concorrem para a transformação do sistema alimentar no sentido da sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento local;

8. Promover a criação de hortas urbanas e compostores comunitários em pequenos terrenos públicos, assim como o desenvolvimento de projetos nas escolas que permitam maior contacto com a biodiversidade e envolvimento da comunidade, como hortas escolares;

9. Promover a literacia ambiental e climática dos munícipes, através:

a. Da promoção e acompanhamento de iniciativas locais de educação ambiental e ciência cidadã, dando a conhecer aos munícipes a biodiversidade e a geodiversidade que os rodeia e as boas práticas necessárias à sua conservação, incluindo a identificação e consciencialização das pessoas para as espécies presentes ou ausentes no concelho;



b. Do apoio e acompanhamento dos programas ambientais desenvolvidos nas escolas, promovendo a partilha do conhecimento e recursos entre as escolas do concelho e expandindo a mais faixas etárias, como projetos de educação ambiental na Universidade Sénior;

c. Da promoção de iniciativas de literacia climática, destinadas a aumentar a consciencialização dos desafios emergentes das alterações climáticas e a empoderar os munícipes em enfrentar e se adaptar aos efeitos da crise climática.

10. Fomentar a partilha de bens e produtos, criando incentivos para bancos comunitários e locais de bens de utilização esporádica; incentivando o aluguer de bens e produtos e criando programas de partilha nas escolas;
Energia

11. Apostar nas fontes renováveis de produção de energia elétrica com o envolvimento das comunidades locais, priorizando, sempre que possível, o uso de superfícies urbanas para a implantação destas infraestruturas;

12. Desenvolver um Plano de Eficiência Energética municipal, que inclua o levantamento das necessidades energéticas dos edifícios e equipamentos públicos, com vista a reduzir o consumo de energia, e a promoção da consciencialização dos munícipes sobre eficiência energética;

13. Promover as Comunidades de Energia Renovável (CER) no município e democratizar o acesso à produção de

energia elétrica a partir de fontes renováveis, através de ações de formação dirigidas à comunidade local, redução da burocracia e outros incentivos – económicos, logísticos ou de outra natureza – à formação de cooperativas locais;

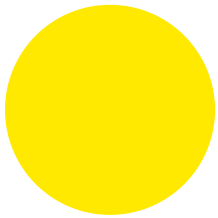
Água, resíduos e higiene urbana

14. Promover a renaturalização dos cursos de água existentes no município, como o Rio da Cal, Rio Tornada ou Rio Arnóia, através da reabilitação dos leitos e margens (galerias ripícolas), degradadas do ponto de vista ambiental, priorizando as de importância ecológica e/ou de uso múltiplo, e através do aumento da fiscalização de descargas ilegais nestes cursos de água;

15. Preservar o ecossistema da Lagoa de Óbidos, importante zona húmida do país, através da conservação da biodiversidade que ali habita e da recuperação da massa de água;

16. Assegurar o acesso público à água potável e ao saneamento básico a todas as pessoas residentes no concelho, tanto no que respeita aos serviços prestados como às infraestruturas requeridas;

17. Fazer o levantamento das fossas sépticas existentes no concelho, determinar se pertencem a habitações permanentes ou secundárias, e averiguar as condições necessárias para fazer chegar um ramal de esgoto a essas habitações, iniciando um programa de substituição gradual por fossas estanques, dando prioridade a fossas em habitações permanentes e a utilizadores em vulnerabilidade económica;



18. Fazer o levantamento e reavaliação do alcance e estado das redes municipais de água e saneamento para identificação de áreas com necessidade de ação prioritária e reparação de fugas;

19. Fazer o levantamento dos furos nos lençóis freáticos existentes no concelho, acompanhando a situação real dos reservatórios de águas subterrâneas, com vista a planear a adaptação a um cenário de escassez de água;

20. Promover e implementar medidas que permitam o uso eficiente da água nos sectores público e privado, nomeadamente através de:

a. campanhas de sensibilização e de promoção do consumo de água da torneira em vez da engarrafada;

b. implementação de um sistema de captação de água pluviais para rega ou outros usos que não o consumo;

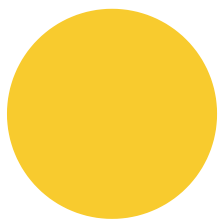
c. monitorização das descargas de efluentes, nomeadamente da pecuária;

d. incentivo, juntamente com associações do setor, de iniciativas de uso eficiente de recursos e produção limpa nas empresas e indústrias locais.

21. Promover a criação urgente de sanitários públicos de acesso gratuito e universal (24h/dia) em todas as freguesias e parques públicos e definição de escala de limpeza e manutenção dos mesmos;

22. Promover a colocação de bebedouros públicos (com acesso para pessoas e animais) no município, recuperar os que estão inativos e garantir a sua manutenção regular;

23. Avaliar a utilização de produtos nocivos e substâncias perigosas, como o glifosato, pelos serviços do município e propor alternativas menos impactantes e mais seguras, de acordo com a evidência disponível.



B.

Habitação e Urbanismo

A crise da Habitação tem vindo a agravar-se cada vez mais. Está presente em todos os municípios do país, especialmente em municípios urbanos e no litoral. Caldas da Rainha viu, por isso, uma explosão no preço da habitação nos últimos quatro anos, principalmente devido a um aumento da procura, seja ela turística ou residencial, tornando-a a vigésima cidade mais procurada do país.

O LIVRE defende que cada cidadão tem direito a uma habitação digna, pelo que é crucial o município das Caldas da Rainha responder com uma oferta de qualidade de habitação acessível e pública. É, assim, fundamental começar um inventário dos edifícios que podem ser reabilitados e convertidos em habitação permanente, assegurando dessa forma um aumento da oferta de habitação e a preservação da herança histórica da cidade. As despesas com as rendas nas Caldas da Rainha têm também assumido um nível insustentável, representando uma fatia cada vez maior dos orçamentos familiares. Temos de criar as condições para privilegiar os contratos de arrendamento com rendas acessíveis e contratos de longa duração.

São vários os jovens que escolhem as Caldas da Rainha para estudar e que não devem ficar condicionados nesta escolha por falta de alojamento ou por valores de quartos demasiado elevados para os seus orçamentos familiares. Através de uma maior ligação ao Instituto Politécnico de

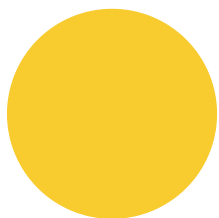
Leiria, deve ser promovida a criação de mais alojamento estudantil, que responda à procura real pelos estudantes.

É nas cidades, vilas e aldeias que construímos comunidade, através das relações com os nossos vizinhos, da interajuda e solidariedade. É a construção dessa comunidade que torna uma população mais resiliente, com melhor bem estar e sentido de pertença. A forma como as cidades são pensadas têm um grande impacto nessa construção. É fundamental ter mais espaços públicos onde as pessoas possam conviver, sejam espaços verdes ou criativos, grandes ou pequenos. A cidade deve estar construída para permitir que todas as pessoas, independentemente das suas idades, funcionalidades e condicionamentos físico-motores possam usufruir do espaço público, como ruas e praças, ou equipamentos públicos. E para isso é também necessário que estes espaços sejam agradáveis, através de uma maior arborização, criando sombra em situações de calor elevado, e de mobiliário urbano inclusivo.

Por isso, propomos:

Habitação

1. Alcançar, pelo menos, 10% de habitação pública a nível municipal, para garantir o acesso das pessoas a habitações dignas, sustentáveis e a preços acessíveis aos seus rendimentos;
2. Elaborar a Carta Municipal de Habitação e realizar o inventário do património



municipal com uso ou capacidade habitacional, na qual conste a descrição do estado de conservação e demais características prediais e construtivas dos imóveis (frações e terrenos), para incorporação na Carta Municipal de Habitação para conhecimento público;

3. Elaborar o regulamento municipal de acesso à habitação pública a fim de garantir total transparência dos procedimentos concursais e maior eficácia dos critérios para a atribuição de habitação à população mais vulnerável (pessoas em situação de sem-abrigo, pessoas idosas, famílias monoparentais, pessoas com mobilidade condicionada, etc.);

4. Aumentar o parque público habitacional em diversos bairros do município, e não só naqueles que já são maioritariamente de iniciativa pública, para promover a inclusão e integração de pessoas, o combate à pobreza e a melhoria das suas condições de vida, rejeitando a ideia de segregação em bairros sociais;

5. Promover programas para alojamento estudantil, em conjunto com o Instituto Politécnico de Leiria e o governo, com vista ao aumento do número de vagas em residências universitárias, através de património devoluto ou subutilizado do Estado, enquadradas em políticas de habitação direcionadas para jovens e de revitalização dos centros urbanos;

6. Garantir a implementação do agravamento em sede de IMI para edifícios devolutos, com a identificação deste património pela Câmara Municipal;

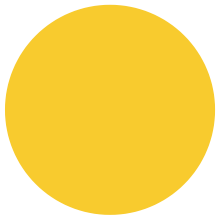
7. Promover o apoio do arrendamento com rendas acessíveis e contratos de longa duração em imóveis privados para aumentar o número de frações com rendas acessíveis;

8. Garantir um plano de financiamento para habitação pública para além do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) por forma a concretizar o especificado na Carta Municipal de Habitação de apoio a pessoas em situações habitacionais precárias e aumento da habitação pública;

9. Nos edifícios devolutos ou abandonados há mais de uma década, aplicar a possibilidade legal de tomada de posse administrativa de edifícios privados, tendo em vista a reabilitação coerciva. Intimar os proprietários, fazer as obras e cobrar, priorizando os edifícios com especial relevância patrimonial;

10. Apoiar as cooperativas habitacionais, de autoconstrução e habitação evolutiva, por forma a capacitar pessoas da sociedade civil ao nível técnico, formativo e institucional;

11. Criar o “Balcão da Habitação” municipal, com atendimento especializado sobre questões de habitação e urbanismo, quer presencial como digital, para promover a divulgação das Políticas Públicas de Habitação e possibilitar apoio técnico especializado. Este apoio técnico pode ser de âmbito administrativo para acesso aos programas camarários, quer de proteção de pessoas em vulnerabilidade habitacional no acesso à primeira habitação e à proteção no despejo;



12. Criar a Linha Municipal de Emergência Habitacional, linha direta para atendimento em casos de despejo iminente ou sobrelotação;

Urbanismo

13. Promover “Programa das Veredas” Municipal participado para a requalificação de vias públicas para que sejam mais verdes, abertas, seguras e acessíveis;

14. Promover a adequação da via pública e do edificado público a todas as idades, funcionalidades e condicionamentos físico-motores das pessoas, em todas as freguesias, ao:

a. Implementar medidas de desenho inclusivas que possibilitem a autonomia de quem as utiliza;

b. Promover equipamentos sociais inclusivos que sejam ponto de encontro de todos os elementos da comunidade potenciando a partilha de experiências e a diversidade;

15. Criar o Plano Municipal de Adaptação para a Acessibilidade do Espaço Público que coloque metas concretas para a transformação do espaço público e dos edifícios públicos para garantir a acessibilidade universal;

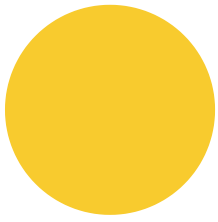
16. Dotar a paisagem e a área urbana, de maior resiliência às alterações climáticas através da Estrutura Ecológica Municipal, do ordenamento dos elementos da paisagem (mata, culturas, sebes) e da implementação das infraestruturas necessárias, preferencialmente verdes, para a redução dos riscos naturais (inundações, secas,

deslizamento de vertentes, incêndios florestais, sismos etc.) ao:

a Promover o ordenamento da paisagem de acordo com a aptidão ecológica às atividades humanas e usos do solo que considerem a morfologia do terreno, permitam o correcto funcionamento do ciclo da água, protejam o solo da erosão, restaurem a conectividade natural das linhas de água e as funções naturais das zonas adjacentes (p.e. bacias de recepção e leitos de cheia), criando bacias de retenção da água sempre que necessário;

b. Promover o planeamento e o desenho de infraestruturas verdes urbanas, a arborização da rede viária, a criação de espaços verdes e hortas urbanas em espaços vazios de edificação e terrenos agrícolas abandonados, protegendo os solos mais produtivos e promovendo a continuidade verde no tecido edificado, melhorando o microclima, favorecendo a biodiversidade urbana e o recreio, circulação e convívio.

17. Criar um programa 3C Municipal — Casa Conforto e Clima — de reabilitação de habitações e património municipal para combater a pobreza energética, melhorar o desempenho energético dos edifícios, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, através do uso de materiais sustentáveis e sistemas mais eficientes e uso de energias renováveis, dando prioridade a pessoas vulneráveis, habitações com pobreza energética e/ou destinadas a arrendamento acessível;



18. Criar Programa “Bairro Vivo”, com microfinanciamentos a associações locais para projetos de inclusão (clubes juvenis, oficinas digitais, hortas educativas, ensino de línguas, bibliotecas, workshops) e promoção de intervenções conjuntas em:

a. habitação (pintura, reabilitação de espaços comuns);

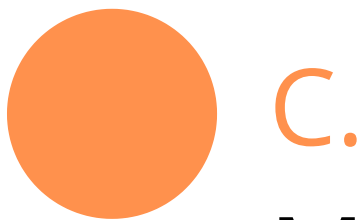
b. apoio social (balcões de mediação comunitária;

c. dinamização cultural (bibliotecas de bairro, mercados comunitários).

19. Criar condições para o florescimento de polos de economia criativa e solidária em zonas degradadas ou com património subutilizado, apoiando a instalação de ateliers, oficinas, coworkings e projetos culturais e inclusivos;

20. Valorizar o espaço público como lugar de encontro e bem-estar, através da instalação de mobiliário urbano inclusivo, zonas verdes, hortas comunitárias e esplanadas que sirvam todas as gerações;

21. Assegurar que todas as intervenções em bairros urbanos respeitam o seu carácter histórico, fomentam a diversidade social e evitam processos de gentrificação ou expulsão dos residentes.



Mobilidade e transportes

A mobilidade é parte integral das sociedades democráticas. Faz parte do nosso dia-a-dia, e que permite o cumprimento das nossas responsabilidades e a satisfação de necessidades básicas. A existência de uma política de mobilidade focada nas pessoas e nas suas necessidades permite o cumprimento da liberdade de deslocação, sem condicionantes sociais, económicas e geográficas. Contudo, nas últimas décadas, estas políticas têm-se centrado principalmente no automóvel privado, contribuindo para o aumento das desigualdades socioeconómicas e para o aumento da poluição, com graves consequências para a saúde e bem-estar da população.

É tempo de mudar o paradigma da mobilidade nas Caldas da Rainha. O LIVRE defende uma mobilidade sustentável, a pensar nas pessoas que vivem no concelho ou aqui se deslocam para trabalhar, estudar ou lazer. Assim, queremos um sistema de transportes públicos que sirva realmente a população. Para isso, queremos reforçar o TOMA, através da reformulação das linhas existentes e adaptação dos horários à necessidade real da população, e reforçar também o transporte público de e para as freguesias periféricas, através do aumento da oferta, principalmente em horários de pico.

Defendemos um compromisso sério com a segurança rodoviária, através da redução dos limites de velocidade dentro das localidades e junto às escolas, devolvendo as

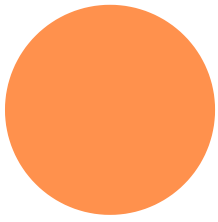
localidades e junto às escolas, devolvendo as ruas à população para que esta possa conviver e usufruir do espaço público em segurança.

Queremos promover a mobilidade ativa, seja de bicicleta, seja a pé, fomentando estilos de vida saudáveis que também contribuem para uma cidade menos poluída e mais sustentável. Esta transformação deve ser feita não só a nível do desenho urbano, priorizando sempre os peões, mas também através da criação de um MetroMinuto, um mapa esquemático pedonal, das Caldas da Rainha. A utilização de modos ativos de mobilidade deve ser promovida, começando por tornar as estradas mais seguras para os ciclistas, através da construção de mais ciclovias que cubram as principais rotas de mobilidade, passando pela criação de um sistema de bicicletas partilhadas funcional e pela disponibilização de bicicletários municipais, que permitam o estacionamento seguro e de longa duração.

Por isso, propomos:

Descentralização

1. Promover o acesso a serviços públicos de forma digital, especialmente os prestados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, garantindo apoio e orientação para pessoas com baixa literacia digital;
2. Promover a criação de novos pólos de comunidade nas várias freguesias, aproximando serviços, comércio e equipamentos da população, com vista a



reduzir deslocações desnecessárias ao centro da cidade, incentivando também a criação de espaços de coworking e áreas culturais nestes pólos;

Segurança rodoviária

3. Reduzir os limites de velocidade de circulação automóvel dentro das localidades, com o objetivo de priorizar a segurança rodoviária e a vida de utilizadores vulneráveis da via, reduzindo a velocidade máxima de circulação em zonas urbanas para 30 km/h e criando bairros "zonas 20" com velocidade limitada a 20 km/h, bem como retirando a prioridade ao automóvel nas zonas residenciais, junto às escolas e ruas de baixo tráfego, disseminando medidas físicas e de gestão para acalmar o tráfego;

4. Remover todos os obstáculos no espaço público que comprometam a visibilidade, que bloqueiem percursos acessíveis e as linhas de desejo dos peões, como MUPIs e publicidades;

5. Reformular as zonas em torno das escolas, criando zonas pedonais e para modos suaves de transporte nas proximidades, especialmente junto às suas entradas, e reduzir a velocidade para 20 km/h onde for permitido circular de automóvel;

6. Fiscalizar eficazmente o estacionamento automóvel ilegal em segunda fila, nos passeios, nas passadeiras ou a menos de 5 metros destas e nas vias para bicicletas e em frente a garagens, e aumentar os dispositivos de fiscalização automática para segurança rodoviária como radares de sinal vermelho e excesso de velocidade;

Mobilidade ativa

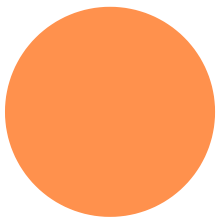
7. Reconfigurar o desenho do espaço urbano retirando prioridade ao automóvel, priorizando sempre os peões, mesmo em áreas sem passadeiras, e garantindo que os espaços verdes estejam abertos à circulação pedonal:

a. Transformar ruas em zonas exclusivamente pedonais, e nos arruamentos mais largos, colocar passadeiras nos circuitos naturais dos peões, evitando desvios;

b. Requalificação de espaços públicos, financiando a transformação de praças, ruas e parques para torná-los mais acessíveis e seguros para peões e ciclistas, incluindo a instalação de mobiliário urbano, zonas de descanso e áreas de convivência;

c. Contemplar, no projeto das novas ciclovias, a requalificação dos passeios adjacentes, assegurando a qualidade do pavimento para garantir que a circulação pedonal seja confortável e segura e desincentivar o caminhar nas vias cicláveis, através de um aspeto visual diferenciador e estandardizado;

d. Definir e implementar uma rede pedonal hierarquizada, dando condições de segurança e conforto para todas as pessoas (incluindo as mais vulneráveis como crianças, pessoas idosas, acompanhantes de crianças de colo e pessoas com mobilidade condicionada).



8. Concretizar uma rede ciclável intermunicipal e urbana interligada, incluindo a melhoria das ciclovias já existentes, que permitirá deslocações úteis para atividades diárias, trabalho, família e lazer. Para o efeito, é fulcral investir em modos de transporte suave e criar um mapa da rede ciclável, que contemplem as ligações entre todas as escolas, grandes equipamentos, polos geradores de deslocações e principais rotas de mobilidade de forma segura para quem delas usufrui;

9. Criar um MetroMinuto (mapa esquemático pedonal) da cidade, que inclua as distâncias entre os pontos mais importantes, como escolas, centros de saúde, espaços verdes e equipamentos públicos, e o tempo que leva a percorrê-los a pé, estimulando a pedonalidade em meio urbano;

10. Implementar programas de educação e sensibilização nas escolas locais que informem sobre a importância da mobilidade ativa (caminhar e pedalar), promovendo atividades práticas como passeios de bicicleta e caminhadas em grupo, com o objetivo de sensibilizar jovens para a mobilidade sustentável;

11. Criar “pedibus” e os “Comboios de Bicicletas” no acesso às escolas para reduzir a dependência do transporte automóvel privado e assegurar a autonomia das crianças e jovens no seu caminho entre casa e escola, garantindo acessos seguros a pé, e apostando numa rede de transporte escolar:

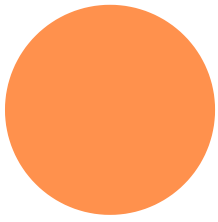
a. Promoção da cidadania nas escolas e a integração na comunidade, focando na autonomia de crianças e jovens nos percursos casa-escola, a pé, de bicicleta e de transportes públicos;

b. O seguro escolar das crianças ser válido durante todo o percurso, inclusive na presença de adultos;

c. Criação de um serviço municipalizado ou protocolo com organizações da sociedade civil que assegurem o serviço, de forma a não depender inteiramente da disponibilidade dos encarregados de educação e de voluntários.

12. Conduzir inquéritos à mobilidade pedonal para identificar constrangimentos não reconhecidos e promover a acessibilidade nas vias urbanas, devem incluir a análise das necessidades de grupos específicos, como mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência. A avaliação deverá abranger todo o trajeto desde a residência até ao destino, assegurando percursos seguros, confortáveis e sustentáveis, que incentivem a utilização de modos de transporte ecológicos e que contribuam para a criação de um ambiente urbano mais inclusivo e verde;

13. Promover a utilização da plataforma online existente, que permite a qualquer pessoa reportar problemas relacionados com a via pública (estrada, passeios, mobiliário urbano, etc.) de forma direta e pouco burocrática e garantir que as reclamações são respondidas;



14. Criar uma rede de bicicletários municipais, que permitam o estacionamento seguro e de longa duração, recorrendo aos parques de estacionamento público e edificado municipal (quando possível) e junto aos interfaces de transporte público (estação ferroviária e terminal rodoviário);

15. Reformar o sistema de bicicletas partilhadas municipal já existente ou criar um sistema intermunicipal, com bicicletas eléctricas, adaptáveis às necessidades dos diferentes utilizadores;

Transportes públicos

16. Criar um serviço urbano de autocarros para miúdos e graúdos:

a. Criar apoio em duas frentes com este serviço: 1) a começar pelo transporte escolar, uma linha de transportes que faça o percurso casa-escola e escola-casa, para que as crianças possam mover-se em segurança e fora da hora de ponta das escolas 2) este serviço dá apoio à mobilidade sénior, desde idas ao hospital, ao centro de saúde, ao centro dia, etc;

b. Reforçar o TOMA, através da reformulação das linhas existentes e criação de novas linhas, da aquisição de novos veículos, preferencialmente eléctricos, adaptação dos horários, de modo a cobrir o território urbano de forma eficiente e melhoria das paragens, com afixação dos horários de forma acessível;

c. Reforçar o serviço de autocarros de e para as freguesias periféricas, aumentando a oferta, principalmente durante as horas de pico, e assegurando serviço também fora de horários de pico;

d. Introduzir a possibilidade do transporte a pedido (dentro do circuito e fora de horários de pico) e a qualquer hora (durante o horário de funcionamento) em territórios de baixa densidade.

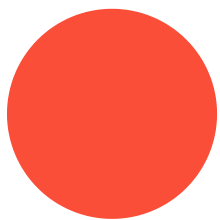
17. Defender a Linha do Oeste e o transporte ferroviário como alternativa sustentável e acessível de mobilidade, ao:

a. Pressionar a conclusão das obras de modernização e eletrificação da Linha do Oeste;

b. Criar um interface de mobilidade que inclua o comboio, autocarros e sistema de bicicletas partilhadas.

18. Transformar os parques de estacionamento à volta da cidade, como o da Expoeste, em verdadeiros interfaces de mobilidade, com paragens de autocarros e sistema de bicicletas partilhadas e bicicletários seguros, tornando-os também mais confortáveis ao instalar abrigos, iluminação eficiente e painéis digitais informativos;

19. Fomentar a mobilidade elétrica, suave e partilhada, através do aumento da oferta e da criação de uma rede pública de postos de carregamento ligada diretamente às comunidades de energia renovável locais, com o objetivo de acelerar a eletrificação e descarbonização do parque automóvel.



D.

Igualdade e Direitos Humanos

Nos últimos anos, temos vindo a assistir ao agravamento dos desafios sociais um pouco por todo o país, incluindo nas Caldas da Rainha. O agravamento das desigualdades, a falta de políticas públicas eficazes e de mecanismos de proteção para as pessoas mais vulneráveis, têm colocado em causa a garantias dos direitos fundamentais da população. É assim crucial responder a estes desafios com medidas justas e humanas. As autarquias assumem um papel preponderante na defesa dos Direitos Humanos devido à sua maior proximidade com as pessoas e com as suas necessidades reais.

A violência de género, doméstica e no namoro é uma das principais causas de insegurança no país, afetando principalmente mulheres e crianças. É fundamental combater esta violência e apoiar as vítimas, para que estas sejam empoderadas a libertar-se destes contextos violentos. Para isso, o LIVRE defende o aumento do número de vagas em casas-abrigo destinadas a vítimas de violência. Queremos umas Caldas da Rainha onde todas as pessoas possam viver sem preconceito e discriminação, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual, idade, condição de deficiência, etnia e religião. Defendemos maior investimento em formação em igualdade, antirracismo e Direitos Humanos para os funcionários municipais, assim como promoção de ações de sensibilização regulares contra todas as formas de a violência e discriminação.

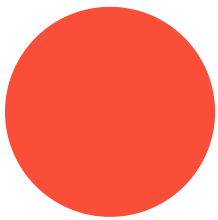
Rejeitamos a instalação de câmaras de videovigilância, privilegiando a segurança através de mecanismos que não limitem os direitos fundamentais à privacidade dos cidadãos, e que não contribuam para a estigmatização e marginalização de determinadas zonas da cidade. O LIVRE defende que a sensação de segurança deve ser fomentada através de políticas de proximidade, criação de comunidade e espaços comuns, seguros e visíveis, com iluminação adequada.

O LIVRE assume o compromisso de combater todas as formas de violência, preconceito e discriminação, promovendo uma cidade mais inclusiva, segura e justa. Queremos um concelho onde ninguém fique para trás, onde as mulheres possam viver livres de violência, onde as pessoas LGBTQIA+ não sofram discriminação, onde todas as pessoas e culturas sejam respeitadas e integradas na comunidade.

Por isso, propomos:

1. Promover ações de sensibilização regulares contra todas as formas de violência e discriminação, combatendo o preconceito, trabalhando em conjunto com as pessoas, associações, escolas e organizações da sociedade civil no município;

2. Promover a criação de mecanismos municipais que ofereçam espaços seguros de partilha e apoio a sobreviventes de violência de género, considerando a interseccionalidade dos casos, informando



sobre o contexto de violência e possibilitando a troca de experiências, além de sistematizar alternativas e caminhos possíveis, com informações claras sobre os recursos disponíveis;

3. Aumentar o número de vagas disponíveis em casas-abrigo destinadas a pessoas vítimas de violência, nomeadamente no âmbito dos instrumentos de apoio a vítimas de violência doméstica;

4. Assinalar o Dia Internacional da Visibilidade Trans e o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, a 31 de março e 17 de Maio respetivamente;

5. Promover e apoiar a realização de eventos e atividades de inclusão das pessoas LGBTQIA+, assim como conferências, debates e workshops com organizações LGBTQIA+ e a sociedade civil sobre crimes de ódio e extremismo violento, ampliando as suas vozes e usando a aproximação como estratégia para o combate ao preconceito e à discriminação;

6. Promover campanhas municipais de sensibilização para o combate ao racismo e à xenofobia em articulação com as organizações da sociedade civil;

7. Implementar um Plano local de Combate ao Racismo, à Xenofobia e a todas as formas de discriminação, com medidas concretas, como a promoção de eventos culturais, e monitorização contínua;

8. Promover a formação em igualdade, antirracismo e Direitos Humanos para funcionários municipais, inclusive das forças

de segurança municipais, profissionais de atendimento ao público, ação social, cultura, educação e urbanismo;

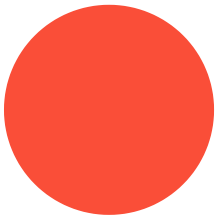
9. Contratar mediadores culturais para melhorar o diálogo e a participação política, a representatividade de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de grupos minoritários nos processos de análise e de decisão de políticas autárquicas;

10. Reforçar o suporte a pessoas idosas ou em isolamento, ao:

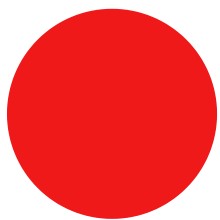
a. Promover campanhas municipais de sensibilização contra a violência sobre as pessoas com destaque para a prevenção de burla, fraude, negligência e maus-tratos;

b. Desenvolver e implementar mecanismos facilitadores de denúncia e que garantam apoio às vítimas, articulando com as entidades policiais, serviços sociais e a comunidade (família, vizinhos, cuidadores).

11. Criar uma Provedoria Municipal da Pessoa com Deficiência de modo a reforçar a defesa e promoção de políticas inclusivas no trabalho e nas áreas social, cultural, lazer, educação e formação. A provedoria deverá atuar em articulação com as associações, organizações e entidades competentes, promovendo ações de formação e garantindo a acessibilidade em todas as esferas, nomeadamente no lazer, na participação social e na fruição cultural;



12. Rejeitar a instalação e propagação de câmaras de videovigilância, tornando as ruas mais seguras por via de mecanismos que não limitem direitos fundamentais à privacidade dos cidadãos e que não contribuam para a estigmatização e marginalização de determinadas zonas. A sensação de segurança deve ser fomentada através de políticas de proximidade, criação de comunidade e espaços comuns, seguros e visíveis, com iluminação adequada.



E.

Democracia Local e Cidadania

O poder local é um dos pilares da democracia portuguesa, sendo o nível de poder mais próximo dos cidadãos. As autarquias assumem um papel central na gestão do território e na criação de políticas de proximidade com impacto no dia-a-dia dos munícipes.

O LIVRE defende um modelo de democracia mais aberta e participativa, onde todas os cidadãos e cidadãs e organizações da sociedade civil são parte integrante da decisão de políticas públicas. Assim, defendemos o reforço dos instrumentos de participação cívica, como os Orçamentos Participativo e a criação de fóruns abertos a crianças e jovens, para que estes tenham também uma voz nas decisões que afetam o seu futuro. Defendemos a realização de Referendos locais ou Assembleias Cidadãs, sempre que estes não incidam sobre direitos fundamentais, para que a população possa decidir de forma informada sobre questões que digam respeito ao seu concelho.

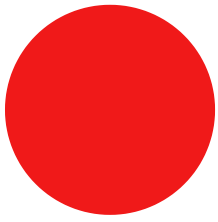
O combate à corrupção e a promoção da transparência nos órgãos públicos locais é crucial para garantir a integridade e a confiança nas instituições democráticas. Para isso é necessária a criação de um organismo independente do poder local, que possa dar seguimento a fiscalizações, pedidos de esclarecimento e reclamações. Queremos um município mais transparente, em que as decisões tomadas sejam públicas e as regras de contratação pública sejam claras e justas. Além disso, é necessário

assegurar que todas as pessoas eleitas para os órgãos de poder local estejam capacitadas para desempenhar o seu cargo, através da disponibilização atempada de relatórios de atividades anuais, planos e orçamentos, e que os seus pedidos de informação sejam cumpridos.

Para o LIVRE, a democracia local deve ser encarada como um projeto coletivo, construído com confiança e proximidade, pondo em prática uma democracia alargada, representativa e participada, entre o poder local e as pessoas.

Por isso, propomos:

1. Fomentar a participação cidadã na decisão política recorrendo, por exemplo, à realização de referendos locais e Assembleias Cidadãs, que não incidam em temas sobre direitos fundamentais, e suportados por campanhas de informação e auscultação da sociedade civil e especialistas;
2. Assegurar um Orçamento Participativo (OP) mais amplo e com recurso a processos deliberativos. Garantir a concretização das propostas de OP escolhidas pela cidadania, bem como o seguimento das críticas, avisos ou dúvidas da cidadania para com os órgãos políticos locais;
3. Integrar a população nas fases de conceção, de desenvolvimento e de concretização de todas as atividades e estratégias locais (por exemplo, um



programa cultural, a construção/conceção de museus, planeamento da cidade, atualização dos PDM, estratégia local para a juventude, mobilidade, entre muitos outros);

4. Promover a participação de crianças e jovens, através da realização de fóruns abertos para que estes possam ser ouvidos nas decisões que afectam o seu futuro;

5. Promover a comunicação entre a autarquia e as pessoas através de sessões de esclarecimento e da criação de meios que permitam às pessoas comunicar em permanência problemas concretos do seu dia-a-dia (por exemplo, apps, sítio web, quadro informativo com comunicação analógica, caixa de sugestões publicada);

6. Simplificar e democratizar a participação cidadã nos órgãos municipais, em locais com lugares presenciais suficientes e de fácil acesso a pé, de bicicleta e por transportes públicos, e assegurando a mobilidade inclusiva. Promover a realização de reuniões descentralizadas dos órgãos autárquicos, municipais e de freguesia para potenciar a participação de munícipes na gestão das suas comunidades;

7. Criar e divulgar um guia de participação cívica, incluindo como apresentar reclamações do nível local a órgãos nacionais;

8. Promover a transparência em todos os órgãos públicos locais:

a. Registo de interesses obrigatório para todas as pessoas eleitas, nomeadamente as que compõem executivos municipais ou de

freguesia, assembleia municipal e assembleias de freguesia;

b. Transparência obrigatória em empresas municipais, com a obrigatoriedade de disponibilizar informações e debater na Assembleia Municipal os assuntos destas empresas;

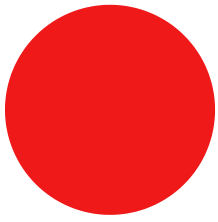
c. Garantir que os pedidos de informação de deputados da Assembleia Municipal sejam cumpridos;

d. Disponibilizar atempadamente os relatórios anuais de atividades, plano e orçamento de todos os organismos autárquicos, bem como todas as informações referentes à sua situação financeira, acompanhados de uma síntese em linguagem clara e acessível;

e. Estabelecer regras comuns, de sustentabilidade social e ambiental, de conduta para todos os setores autárquicos, incluindo o empresarial, e exigir paridade de género e menor diferencial de remunerações;

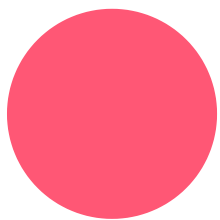
f. Cumprir os procedimentos de contratação pública em organismos autárquicos, assegurando que todas as fases são divulgadas e executadas de forma clara, atempada e justa, de forma a não beneficiar nenhuma candidatura em relação às demais.

9. Contribuir para a prevenção e combate à corrupção, com a criação de organismos independentes do poder local, abertos à participação direta de todas as pessoas e



munidos das ferramentas necessárias para darem seguimento a fiscalizações, pedidos de esclarecimento e reclamações a nível local para as devidas instâncias;

10. Promover a adesão a redes europeias e globais de cidades progressistas, assumindo o municipalismo enquanto local privilegiado para experimentar novas soluções e ideias, como parte estruturante do projeto europeu (por exemplo, Municipalities in Transition ou as “cidades sem medo”).



F.

Cultura, Arte e Jornalismo

Caldas da Rainha tem uma história cultural única no país: nasceu da saúde e da solidariedade, cresceu na criatividade da cerâmica, floresceu na liberdade da caricatura e da crítica social. Essa herança mostra-nos como a cultura é, e sempre foi, um motor de identidade, de comunidade e de futuro. Hoje, perante os desafios de um mundo em mudança, precisamos de voltar a colocar a cultura no centro da vida da cidade, não como acessório, mas como condição para uma cidade verdadeiramente aberta, verde, livre e viva.

Num tempo em que tantas pessoas ainda sentem barreiras económicas ou sociais para participar na vida cultural, é urgente afirmar que a cultura é um direito, não um privilégio. Nas Caldas, isso significa garantir que todas as pessoas — jovens ou idosas, residentes de longa data ou recém-chegados, artistas consagrados ou amadores curiosos — possam ter acesso, criar e partilhar sem exclusões. Uma cidade que se abre a todas e todos torna-se mais justa, mas também mais rica, mais criativa e mais resiliente.

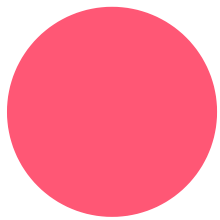
Temos a sorte de acolher instituições como a ESAD, o CENCAL e vários coletivos locais, que atraem talento e novas ideias, mas a sua energia só se transforma em desenvolvimento quando existe espaço de encontro com a comunidade. O futuro das Caldas passa por abrir portas: dos auditórios, das escolas, dos ateliês e até da própria rua. Só assim conseguiremos que a

criatividade local não se limite às salas de aula, mas se espalhe pelo território, levando cultura também às freguesias e às periferias, transformando bairros esquecidos em lugares vivos de encontro e expressão.

Ao mesmo tempo, importa valorizar e cuidar daquilo que nos distingue. A Praça da Fruta, o artesanato, a cerâmica e o bordado são património vivo que nos liga ao passado, mas que só terá futuro se dialogar com o presente. Incentivar a preservação dos jogos tradicionais, apoiar as artes urbanas, dar espaço à música, ao teatro, à performance e à crítica cultural são formas de garantir que a identidade caldense se reinventa continuamente.

Uma cidade viva não é um museu parado: é uma comunidade que cria a cada dia. E para que a cultura floresça, é essencial que exista também informação livre e plural. A comunicação social local é um pilar da democracia e um espaço onde se constroem pontes entre diferentes visões e experiências. Defendê-la, reforçá-la e aproximá-la das escolas e da cidadania é investir na capacidade crítica das novas gerações e na vitalidade do debate público. Uma cidade livre precisa de um jornalismo livre, capaz de refletir todas as vozes.

Assim, o que está em causa não é apenas apoiar a arte ou a cultura, mas abrir a cidade inteira: abrir os seus espaços, os seus recursos, os seus canais de comunicação, o seu património e a sua energia criativa a



todas as pessoas. Essa é a promessa de uma Caldas da Rainha que se quer verde — porque respeita os limites da natureza — livre — porque garante o direito à cultura e à informação — e viva — porque faz da diversidade e da participação o seu maior bem comum.

Por isso, propomos:

1. Eliminar barreiras económicas, sociais e simbólicas, garantindo o acesso à fruição e participação cultural para todas as pessoas;
2. Disponibilizar gratuitamente espaços a coletivos formais e informais para práticas de criação, investigação e formação artística e cultural;
3. Criar um programa municipal de apoio a projetos culturais comunitários, com financiamento simplificado para associações e artistas locais, promovendo criação, circulação e preservação do património imaterial em todas as freguesias;
4. Criar a Casa da Criação das Caldas da Rainha — um pólo cultural e artístico onde seja possível criar, comprar e fruir arte e cultura. Um espaço acessível a todas as pessoas que disponha de espaços, ateliê, instrumentos musicais, computadores, oficinas, espaço de cowork para que a criação artística não seja comprometida pela condição socioeconómica;
5. Promover a sinergia entre o município e a ESAD, através do apoio a projetos, da

disponibilização de espaços onde os estudantes possam realizar os seus projetos artísticos e desenvolver novas técnicas;

6. Promover a qualificação e a valorização de profissionais do setor da arte e da cultura, das instituições municipais e de artistas e profissionais contratados em regime pontual ou de prestação de serviços, aproveitando o potencial dos estudantes da ESAD e CENCAL, ao:

a. Promover processos de contratação justa e transparente no setor;

b. Promover a contratação de técnicos especializados, nomeadamente na área do património cultural.

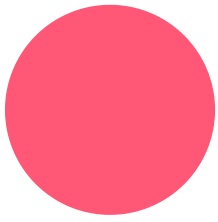
7. Lançar concursos municipais para artistas em início ou reinício de carreira, com bolsas para desenvolver projetos em áreas como design, teatro, performance, vídeo, instalação ou crítica cultural, culminando numa mostra pública anual;

8. Garantir uma comunicação social livre, acessível e representativa da realidade local:

a. Promovendo uma imprensa local independente com espaços de cidadania e de diálogo para todas as pessoas;

b. Garantindo uma representação plural da realidade política e socioeconómica do concelho no debate sobre o desempenho do executivo;

c. Criando mecanismos de financiamento público para os OCS locais, em parceria com organizações da sociedade civil, nomeadamente através de investimento municipal para a subscrição física de jornais



loais nas bibliotecas, escolas e instituições públicas, para a criação de programas de apoio à preservação dos arquivos de imprensa local ou outros programas de incentivo ao jornalismo independente e sem fins lucrativos;

d. Combater a desinformação através de debates junto das escolas, promovendo a capacidade de análise crítica, a reflexão e a argumentação;

9. Promover a realização de projetos culturais, com ênfase nas temáticas da integração e inclusão, diálogo intercultural e intergeracional, direitos humanos e cidadania e apoiar coletivos culturais de imigrantes de forma a combater o isolamento cultural e promover o intercâmbio;

10. Fomentar a abertura dos equipamentos escolares (como auditórios e bibliotecas) à comunidade e artistas locais, nomeadamente para projectos colaborativos com a comunidade escolar e de carácter intergeracional;

11. Dinamizar e apoiar projetos artísticos e culturais junto de jovens e da comunidade escolar, com ênfase no combate à exclusão social e cultural, incluindo iniciativas intermunicipais;

12. Desenvolver programas de apoio ao artesanato e práticas artesanais locais, como a cerâmica e o bordado das Caldas, promovendo a proteção dos conhecimentos técnicos e artísticos e a transmissão de saberes às novas gerações e assegurando o levantamento etnográfico e registo das

memórias das comunidades, promovendo a reflexão numa perspectiva de análise crítica;

13. Estabelecer um protocolo entre a Universidade Sénior e a ESAD, de forma a promover atividades intergeracionais, como a partilha de ofícios e manualidades em risco de desaparecimento, a troca de experiências, a mostra de novos meios de comunicação e de arte contemporânea;

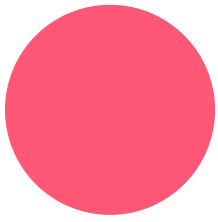
14. Incentivar a preservação dos jogos tradicionais, como o jogo da malha, através da realização de eventos e torneios, e da criação de sinergias entre as várias faixas etárias ao envolver as escolas e a Universidade Sénior, e da adaptação do espaço público para criar comunidade e acolher essas atividades;

15. Promover e defender a importância da arte urbana enquanto forma de expressão comunitária e activismo artístico, e também como forma de valorização do edificado;

16. Reavivar a biblioteca municipal com projetos inovadores, tornando-a lugar de memória, conhecimento, experiência e brincadeira, articulando com a Casa da Criação e com as escolas, ao:

a. Reabilitar o edifício da biblioteca, tornando-o mais acolhedor e confortável para os utilizadores e mais sustentável, através do aumento da eficiência energética e de poupança de água;

b. Reforçar a biblioteca itinerante como forma de inclusão, para chegar às pessoas além dos espaços urbanos e com programas de entrega e recolha de livros em casa;

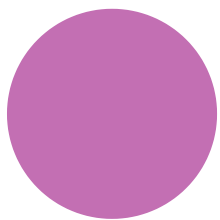


c. Fomentar o diálogo com os munícipes sobre necessidades de aquisições bibliográficas;

d. Criar o Plano Local de Leitura, em articulação com os Planos Nacionais de Leitura e das Artes.

17. Promover a sustentabilidade no setor cultural, através do cumprimento de boas práticas ambientais nos eventos organizados pelo município, e de campanhas de sensibilização direcionadas às entidades e coletivos do setor em articulação com organizações e associações ambientalistas;

18. Reavaliar a organização de grandes eventos que apresentam um grande impacto a nível de bem estar da população assim como a nível ambiental e de bem estar animal, e equacionar a sua transferência para outros locais com menor impacto, garantindo um maior serviço de transportes públicos durante a sua duração.



G.

Economia Local

Caldas da Rainha é uma cidade com uma história feita de comércio, de mercados vivos e de criatividade. A Praça da Fruta, a Feira de Santana, as lojas do centro histórico e a energia que vem das comunidades locais e imigrantes são parte do que nos torna únicos. Mas sabemos também que enfrentamos fragilidades: o comércio tradicional perde espaço perante grandes superfícies, as rendas elevadas afastam famílias e projetos, e os mercados correm o risco de se descaracterizar. É a partir destes desafios que pode nascer uma nova visão para a economia local — uma visão que coloca as pessoas e a sustentabilidade no centro.

Uma economia mais justa e próxima é também uma economia mais forte. Quando garantimos que os mercados locais funcionam com regras claras e justas, quando abrimos espaço a quem produz e não apenas a quem pode pagar mais, estamos a criar oportunidades para agricultores, artesãos e pequenos comerciantes. Estamos também a oferecer aos consumidores alimentos de proximidade, produtos mais sustentáveis e um contacto direto com quem os produz. Isso fortalece a confiança e cria laços que nenhuma grande superfície consegue oferecer.

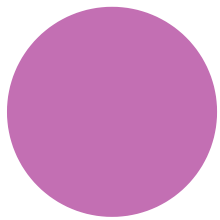
Numa cidade verde, livre e viva, o espaço público deixa de ser mercadoria para se afirmar como bem comum. Quando a utilização de praças e ruas não se mede

apenas pela capacidade de pagar, mas pelo valor social, cultural e comunitário que ali acontece, todos ganham.

As pessoas usufruem de espaços mais diversos e acolhedores; os criadores e empreendedores encontram portas abertas para mostrar o seu trabalho; e a cidade enriquece com a variedade de usos, ofertas e encontros que tornam a vida urbana mais vibrante.

A inovação é outro motor essencial desta mudança. O talento que existe na ESAD.CR, no CENCAL e noutras instituições pode alimentar uma nova geração de negócios sustentáveis, desde o design ao digital, passando pela reparação e pela reutilização. Incubadoras, coworks e centros de partilha de ferramentas tornam possível que ideias locais cresçam sem barreiras. Ao lado disso, as novas tecnologias podem aproximar consumidores e comerciantes, reforçando o comércio de rua e dando-lhe novas formas de competir.

Também a agricultura tem aqui um papel central. A valorização das hortas comunitárias, a bolsa de terras, o apoio à agricultura familiar e às práticas amigas da biodiversidade são caminhos que permitem ter alimentos mais saudáveis, a preços mais justos e com menor impacto ambiental. Caldas pode ser exemplo de como ligar tradição e inovação: proteger a Pera Rocha e o saber dos pequenos produtores, ao mesmo tempo que investe na ciência e em novas práticas para travar doenças e reduzir químicos.



Esta é a oportunidade diante de nós: transformar os desafios em motores de futuro. Uma Caldas que aposta na economia circular, que dá prioridade à proximidade, que protege os mercados e o comércio de rua, que atrai novos talentos e que valoriza os espaços comuns como lugares de encontro. Uma cidade livre, viva e ecológica não é apenas mais justa — é também mais atrativa para quem a visita, para quem nela investe e, sobretudo, para quem nela vive.

Por isso, propomos:

Inovação e Desenvolvimento Local

1. Criar e utilizar um Indicador Municipal de Bem-Estar, que inclua índices de igualdade e equidade, para referência das políticas do município. Este indicador deve ser regularmente atualizado;
2. Criar um gabinete municipal ou intermunicipal para a transição justa com o propósito de estudar e promover a nível local as estratégias para a transição de modelo de desenvolvimento que garanta uma lógica de sustentabilidade ambiental de longo-prazo e a solidariedade entre gerações. Este gabinete deve sinalizar as empresas e indústrias que serão afetadas pelos processos de transição e assegurar justiça para os trabalhadores e para a região. Identificar os setores estratégicos e as vantagens competitivas da região Oeste através da interação entre empresas, universidades e escolas, criar oferta de formação local pública e gratuita de competências vitais para a inserção e reconversão profissional;

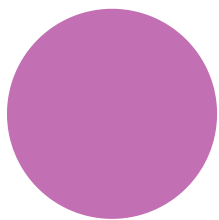
3. Estimular a cooperação e a coordenação entre municípios de forma a evitar que a existência de competição intermunicipal baseada na atribuição de subsídios e benefícios fiscais contribua para um desperdício de recursos públicos;

4. Criar um banco de fomento local de garantia pública, através dos quais os munícipes podem investir nas empresas locais em condições mais vantajosas para ambas as partes comparativamente ao financiamento, investimento ou aplicação financeira com recurso à banca tradicional;

5. Desenvolver e implementar Planos de Compras Ecológicas de modo a melhorar continuamente a política de aquisições de bens e serviços (com critérios e metas progressivamente mais exigentes);

6. Defender o direito à fabricação e reparação, apoiando os negócios de reparação, incluindo os cooperativos como os “Café de Reparações” e incentivando a democratização da tecnologia da fabricação digital (ex: impressão 3D) através da disponibilização de recursos, formação e sensibilização locais;

7. Estimular a produção e consumo locais, incentivando as cadeias de consumo curtas com base em bacias regionais e locais de produção e fornecimento, através da criação de um Selo Caldas, que seja garantia de produção local, e fomentando a dinâmica económica interna, integrando as cantinas públicas nestas cadeias;



8. Apostar na economia circular e no consumo responsável com estratégias “zero resíduos”, ao:

a. Revolucionar a gestão de resíduos substituindo a atual Taxa de Gestão de Resíduos por um sistema “pague-o-que-produzir” para desincentivar a produção de resíduos indiferenciados, mobilizando as pessoas para a separação seletiva, criando compostores comunitários e potenciando redes de empresas e cooperativas de reaproveitamento de materiais e produtos para criar ciclos de recolha e reutilização de resíduos (“lixo de uns é a matéria-prima de outros”);

b. Criar o ecocupão local para pagamentos e transações locais de produtos e serviços previamente classificados como reutilizados, reciclados, recicláveis, biodegradáveis, disponíveis nas escolas e cantinas, serviços autárquicos, comércio e serviços locais.

9. Desenvolver e reabilitar espaços colaborativos, nomeadamente centros cívicos que permitam à população utilizar meios técnicos e físicos de que não dispõe, assim como espaços de cowork e ateliers municipais, que estejam equipados com ferramentas e equipamentos que possam ser partilhados;

10. Desmercantilizar os espaços comuns: criação de espaços de agrupamento cidadão (com bancos, mesas, mobiliário urbano) que não estejam sujeitos às regras de mercado,

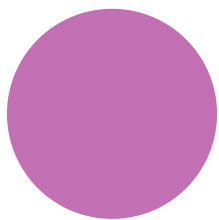
nomeadamente de consumo e procura de bens;

11. Garantir que o uso dos espaços públicos para mercados, atividades comerciais e culturais seja decidido através de concursos públicos justos, com base em critérios como a utilidade social, o valor cultural e a ligação ao território. Estes concursos devem ser organizados por comissões representativas, com participação da Câmara, dos moradores, comerciantes e associações locais, assegurando decisões transparentes e equilibradas;

12. Criar mecanismos de captação/fixação de população, incluindo quadros técnicos e profissionais na área dos serviços públicos, como profissionais na área da saúde e do ensino;

13. Promover a justiça social e reforçar o contributo do crescimento económico para o desenvolvimento do concelho e qualidade de vida dos munícipes através do aumento da taxa geral da derrama municipal em sede de IRC para 1%, mantendo a isenção para empresas com volume de negócios inferior a 150.000 euros e a isenção aplicada à criação de emprego;

14. Defender uma política de revitalização dos mercados locais como motores de proximidade económica, identidade cultural e sustentabilidade ecológica. Os mercados



devem ser espaços abertos, acessíveis e vivos, onde se reforcem os laços entre produtores e consumidores, entre tradição e inovação, entre o património e o futuro, ao:

- a. Promover a valorização dos mercados locais, como a Praça da Fruta e a Feira de Santana, enquanto centros económicos e culturais, reconhecendo o seu papel na coesão comunitária e no apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores;
- b. Assegurar condições dignas de funcionamento, acessibilidade universal e inclusão social nos espaços de mercado, com soluções adaptadas ao contexto urbano e respeitadoras do património;
- c. Incentivar modelos de gestão participada dos mercados, com representação de feirantes, técnicos municipais, moradores e organizações da sociedade civil, assegurando transparência, corresponsabilidade e diálogo democrático;
- d. Defender critérios de acesso justos e transparentes, baseados na ligação ao território, práticas sustentáveis, qualidade da oferta, rejeitando mecanismos de exclusão económica ou especulação sobre o espaço público;
- e. Assegurar a transparência da origem dos produtos vendidos e promover uma organização das bancas que permita distinguir entre produtor, produtor biológico e revendedor;
- f. Apoiar a modernização ecológica dos mercados através da redução de resíduos,

da promoção de embalagens reutilizáveis e da implementação de sistemas de reaproveitamento e compostagem, em articulação com políticas de economia circular;

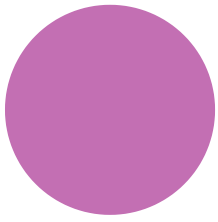
g. Fomentar a multifuncionalidade dos mercados como espaços públicos vivos, passíveis de acolher outras atividades culturais, educativas ou solidárias, reforçando o seu papel enquanto ponto de encontro e pertença comunitária;

h. Integrar os mercados locais nas estratégias municipais de sustentabilidade, combate ao desperdício alimentar, promoção de circuitos curtos de produção e consumo, e dinamização do comércio de proximidade;

i. Promover as cadeias agroalimentares curtas através da criação de Sistemas de Circuitos Curtos, como é o caso do sistema PROVE e Associações pela Manutenção da Agricultura de Proximidade.

Agricultura

15. Promover uma bolsa de terras à escala local, articulada com a Bolsa Nacional de Terras, promovendo e facilitando o acesso a parcelas com potencial agrícola a habitantes e cooperativas que se disponham a desenvolver produção agrícola local e assente nas melhores práticas, fomentando o emprego local e evitando os impactos ambientais do transporte de alimentos;



16. Aumentar a quantidade de parcelas destinadas a programas de Hortas Comunitárias, de modo a multiplicar estes programas nos municípios em que ainda são inexistentes e a reduzir as longas filas de espera naqueles em que já operam. Estimular deste modo a autosuficiência e a sustentabilidade no consumo de bens alimentícios;

17. Travar a expansão de sistemas produtivos intensivos ou superintensivos, privilegiando modos de produção que permitam a implementação simultânea de medidas benéficas para a biodiversidade, a manutenção ou recuperação da matéria orgânica do solo — proporcionando usos futuros do solo alternativos e a minimização do uso de agroquímicos, de fertilizantes artificiais e dos recursos naturais necessários à produção; desenvolvendo e apoiando protocolos de recolha e tratamento de resíduos municipais e remanescentes de produtos fitofarmacêuticos descontinuados, proibidos ou sem autorização de venda;

18. Promover políticas e programas de apoio ao agricultor com evidências científicas. Apoiar trabalhos científicos que estudem a importância da agricultura familiar, na produção do alimento, no território e na biodiversidade e criando, por exemplo, programas de formação municipal para passagem de conhecimento e de boas práticas;

19. Apoiar os agricultores no combate ao

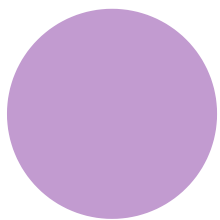
fogo bacteriano, através de campanhas de sensibilização para a deteção precoce e boas práticas para a erradicação da doença, incluindo os prejuízos da utilização de produtos fitofarmacêuticos proibidos na saúde pública, na qualidade do produto e no expectável impacto económico;

Bens Digitais Comuns

20. Aderir à coligação Cities for Digital Rights, de forma a promover e defender os direitos digitais no contexto urbano, para resolver desafios digitais comuns e trabalhar no sentido de criar quadros jurídicos, éticos e operacionais para promover os direitos humanos em ambientes digitais;

21. Consagrar e garantir o direito à Internet Livre e sem censura para todas as pessoas, assegurando uma boa cobertura e acesso livre a WiFi público em todo o município, em particular nos edifícios públicos, nos parques municipais e centro da cidade, vilas e aldeias, garantindo pelo menos um local coberto e um local ao ar livre por freguesia;

22. Investir em sensorização e monitorização de dados relevantes para o bem-estar público: criando redes municipais de sensores para medir parâmetros ambientais como qualidade do ar, qualidade da água, ruído, parâmetros de mobilidade, e garantindo a sua disponibilização numa plataforma de dados abertos.



H.

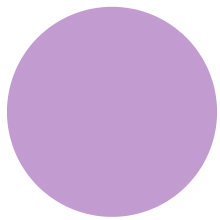
Saúde e Bem-Estar

A saúde é um dos maiores desafios da sociedade contemporânea. O aumento das necessidades da população, aliado à pressão crescente sobre os sistemas públicos, coloca em causa a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Em momentos de escassez, surgem interesses que pretendem fragilizar o sistema público para abrir espaço ao crescimento do setor privado, o que deixaria os mais vulneráveis ainda mais desprotegidos. Cabe, por isso, também aos municípios serem agentes ativos de saúde pública, dentro das suas competências, contribuindo para reduzir o recurso desnecessário aos serviços, melhorar a qualidade de vida da população e reforçar a confiança no SNS como um bem comum que deve ser defendido e preservado.

Nas Caldas da Rainha, a tradição termal deve continuar a servir a saúde das pessoas, permanecendo na esfera pública e valorizando-se como resposta prioritária às necessidades da população. Ao mesmo tempo, é fundamental avançar de forma transparente e célere com a construção do novo Hospital do Oeste, pondo fim à indefinição sobre a sua localização e assegurando um equipamento moderno, acessível e eficaz. Paralelamente, o atual Hospital das Caldas deve ser reabilitado e reconvertido num centro com respostas em áreas importantes e emergentes como o caso de cuidados continuados, reabilitação e da saúde mental.

A promoção da saúde exige também medidas que acompanhem todas as fases da vida. É essencial apoiar a natalidade através de programas municipais céleres e eficazes, reforçando os apoios às famílias e combatendo o isolamento que muitas vezes marca a maternidade. Na idade adulta e na terceira idade, importa expandir programas de envelhecimento ativo, com a participação de associações, universidades e organizações da sociedade civil, reforçando ainda o apoio aos cuidadores informais, tantas vezes esquecidos.

A literacia em saúde deve ser uma prioridade transversal. É fundamental desenvolver programas comunitários nas áreas da saúde mental, nutrição, saúde oral e sexualidade, sempre com foco nas populações mais vulneráveis, como pessoas idosas, doentes crónicos ou com deficiência. A saúde sexual e reprodutiva, em particular entre os mais jovens, deve ser valorizada, com aposta no rastreio acessível e universal e no acesso a métodos de prevenção e proteção. É igualmente importante garantir a igualdade no acesso a produtos de higiene íntima sustentáveis, a formação dos profissionais de saúde sobre as necessidades específicas da população LGBTQIA+ e a implementação de programas robustos de promoção da saúde mental, articulando famílias, escolas, serviços de saúde e organizações locais.



Por fim, a vacinação universal deve ser assegurada sem barreiras, através de soluções adaptadas às populações mais vulneráveis, e é urgente reforçar o cumprimento dos direitos dos utentes, nomeadamente o direito a acompanhante e a tradução, sensibilizando profissionais e informando os cidadãos. Só assim será possível garantir uma resposta de saúde pública inclusiva, justa e de qualidade para todas as pessoas no concelho das Caldas da Rainha.

Por isso, propomos:

1. Manter o Hospital Termal na esfera pública, e valorizá-lo ao:

a. adotar uma visão de termalismo como promotor da saúde e bem estar, ao invés de promotor de turismo;

b. apoiar a conservação do edifício do hospital e garantir o conforto dos seus utilizadores;

c. assegurar o seu funcionamento pleno e divulgação dos serviços prestados, como o termalismo terapêutico;

2. Defender a construção do Hospital do Oeste que responda às necessidades da população da região, ao:

a. Exigir transparência e respostas sobre a localização definitiva do novo hospital, garantindo que a decisão seja justificada pelo interesse público;

b. Assegurar que os caldenses, utentes e profissionais de saúde, tenham um

acesso rápido e fácil ao hospital, reforçando as ligações de transporte público;

c. Reforçar a importância de avançar com a obra do novo hospital;

d. Reabilitar o atual Hospital das Caldas, após a construção do novo hospital, de forma a servir a comunidade, através da sua utilização como centro de cuidados continuados e reabilitação e centro comunitário.

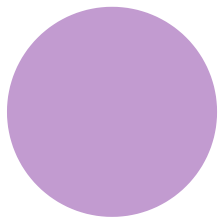
3. Incentivar a natalidade e apoiar a saúde materna, ao:

a. garantir o pagamento célere do cheque atualmente atribuído pelo município e melhorar o kit de apoio entregue às famílias ao nível da qualidade e utilidades dos produtos e da disponibilização de serviços complementares de apoio parental;

b. Criar fóruns de apoio à saúde materna e à amamentação, articulando com profissionais de saúde e consultores de lactação, assegurando a partilha de informação, experiências e recursos.

4. Dinamizar programas de Promoção da Saúde, em particular nas áreas da saúde mental, atividade física, nutrição, saúde oral e saúde sexual e reprodutiva a implementar nas escolas, centros de dia, centros comunitários e juntas de freguesia;

5. Desenvolver programas comunitários na área do Envelhecimento Ativo, de acordo com as orientações do Plano de Ação do



do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026, envolvendo universidades, associações e organizações, profissionais de saúde, técnicos socioeducativos, juntas de freguesia e serviços sociais do município. Basear os programas em parcerias colaborativas para planeamento, implementação e avaliação dos programas e do seu impacto e reprodução em vários contextos;

6. Criar um sistema de levantamento e registo dos cuidadores informais a nível local, facilitando o acesso aos apoios aos quais têm direito e articulando com os serviços sociais e de saúde;

7. Incentivar programas de literacia em saúde dedicados à segurança, cuidado e autonomia das pessoas idosas, doentes crónicos, com dependência e com deficiência. Estes devem ser dirigidos a utentes, às famílias e cuidadores, abordando temas como a prevenção da queda, adaptação dos espaços residenciais e administração de medicação;

8. Desenvolver programas de Promoção da saúde sexual e reprodutiva, democratizando o acesso a testes de rastreio de infeções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, PEP e PrEP;

9. Promover a normalização da menstruação, bem como o ensino e promoção da utilização de produtos menstruais sustentáveis e garantir o acesso a produtos de higiene íntima para quem o necessite (nomeadamente através de dispensadores gratuitos de cuecas

menstruais e copos menstruais) nos centros de saúde, escolas e instituições de ensino superior, estabelecimento prisional e centros educativos;

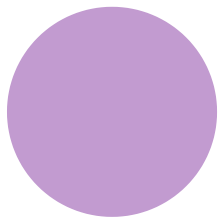
10. Dinamizar programas de formação para Profissionais de Saúde com foco nas necessidades específicas da população LGBTQIA+, em particular as pessoas trans e de género queer ou pessoas não-binárias. Delinear estratégias que garantam o acesso universal e inclusivo às realidades da população LGBTQIA+;

11. Fomentar programas de base comunitária de Promoção da Saúde mental e Apoio psicossocial, alinhados com o Plano de Ação integral de Saúde mental 2013-2030 da Organização Mundial de Saúde:

a. Articulando entre famílias, escolas, associações, organizações, cuidados de saúde primários e hospitalares;

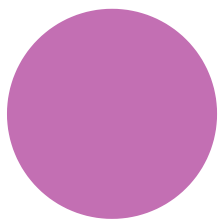
b. Implementando, a nível local, programas baseados no Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026, adequando as medidas à realidade do município;

c. Dando ênfase aos programas comunitários, ao apoio social formal e informal, ao empoderamento das pessoas mais velhas e à sua participação e inclusão.



12. Implementar estratégias que otimizem a cobertura vacinal, respondendo às necessidades de populações vulneráveis (como migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, trabalhadores e trabalhadoras sexuais, pessoas em situação de isolamento, entre outras) e eliminando as barreiras no acesso à vacinação, em particular nas áreas de menor cobertura (como a utilização de unidades móveis em horários flexíveis), de acordo com o Programa Nacional de Vacinação;

13. Afixar em todas as unidades de cuidados primários e hospitalares os direitos de utentes, destacando o direito a acompanhante e a tradução. Garantir que o conjunto de profissionais nas unidades de saúde são informados e zelam pelo seu cumprimento.



I.

Educação e Desporto

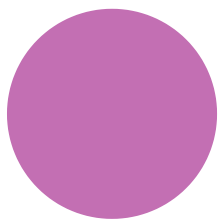
A educação é a base de uma sociedade mais justa, inclusiva e preparada para o futuro. No concelho das Caldas da Rainha, é fundamental garantir que todas as crianças e jovens têm acesso a uma escola de qualidade, que responda não apenas às suas necessidades académicas, mas também sociais, emocionais e culturais. As escolas são muito mais do que espaços de aprendizagem: são centros de comunidade, de encontro e de desenvolvimento pessoal. Um sistema educativo moderno deve apostar na colaboração entre autarquia, comunidade escolar e famílias, construindo soluções conjuntas que promovam igualdade de oportunidades e valorizem a diversidade de talentos. Isso implica investir em programas educativos inovadores, criar condições para uma aprendizagem criativa e sustentável, e assegurar que nenhuma criança ou jovem fica para trás. É também papel do município apoiar e mostrar disponibilidade para construir projetos educativos ligados ao território e à natureza, bem como às competências emocionais e sociais, preparando as novas gerações para os desafios do futuro.

É igualmente essencial garantir que as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) sejam verdadeiramente oportunidades de desenvolvimento, e não apenas formas de ocupar o tempo dos alunos. As iniciativas devem ter intencionalidade pedagógica clara, sobretudo nas idades mais precoces, assegurando sempre valor educativo inegável. O município deve ser parte ativa

deste movimento, garantindo que cada oferta complementa e enriquece o percurso escolar.

Ao mesmo tempo, é muito importante que as crianças tenham tempo para brincar, especialmente em espaços naturais. A brincadeira livre potencia benefícios cognitivos, físicos, emocionais e sociais, e promove uma relação saudável com o território. Por isso, deve-se dar prioridade à existência de espaços verdes nas escolas, sensibilizando desde cedo para a importância do contacto com a natureza e para a sua proteção.

As escolas devem ainda ser lugares de cidadania ativa e de encontro com a comunidade. Dentro das suas limitações, devem acolher coletividades e pessoas nas suas instalações, como anfiteatros e pavilhões desportivos, reforçando o papel da escola como centro de vida coletiva. É também no espaço escolar, em articulação com propostas municipais, que se devem criar programas de desenvolvimento de temáticas fundamentais como a sustentabilidade, a saúde ou a tolerância. Estes programas devem ser regulares e prolongados no tempo — por exemplo, promovendo alimentação variada, saudável e sustentável nas cantinas ou implementando atividades semanais de sensibilização ambiental e literacia para a saúde —, porque não é com ações pontuais que se criam hábitos e transformações duradouras.



I.

Educação e Desporto

Outro elemento essencial é o intercâmbio entre alunos das várias escolas do concelho, valorizando estas estruturas e compreendendo a sua importância na sociedade. Permitir, por exemplo, que todos os alunos possam usufruir de bibliotecas e outros espaços pedagógicos das escolas da cidade, independentemente do estabelecimento que frequentam, é um passo importante para uma maior coesão educativa e comunitária.

O desporto, por sua vez, é um aliado essencial da educação e do bem-estar. Para além dos benefícios físicos, promove disciplina, trabalho em equipa, respeito e integração social. É importante criar bolsas desportivas para que todas as crianças, independentemente do estatuto socioeconómico, tenham hipótese de praticar desporto. Deve-se também facilitar a articulação da vida escolar com a prática desportiva e cultural, promovendo a integração destas atividades no quotidiano dos alunos.

O município deve dar atenção especial ao desporto amador, apoiando-o de forma sustentada e acompanhando os escalões de formação dos clubes, reconhecendo e certificando boas práticas. A formação desportiva é determinante para o desenvolvimento das crianças e jovens e deve ser tratada com a devida importância. Ao mesmo tempo, o desporto deve ser para todos: mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade económica ou com

deficiência devem ter iguais oportunidades de prática, em clubes ou em iniciativas comunitárias. Os espaços públicos devem ser cuidados, verdes, diversificados e apelativos, tornando-se verdadeiros locais de promoção da atividade física e de convivência social. Queremos um concelho que valorize a educação como motor de transformação social e o desporto como parte integrante da formação integral de cada cidadão.

Por isso, propomos:

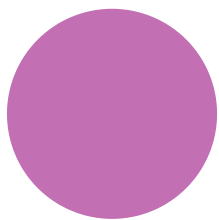
Educação

1. Garantir a boa articulação entre a comunidade escolar e a autarquia criando grupos de trabalho interdisciplinares que incluam estudantes, encarregados e encarregadas de educação, pessoal docente e não docente, organizações e as comunidades:

a. Desenvolvendo em colaboração projetos educativos comunitários de promoção da cidadania e da sustentabilidade ambiental, integrando atividades educativas não formais;

b. Implementando programas de enriquecimento curricular e apoio às famílias, assegurando uma resposta integrada às necessidades educativas e sociais.

2. Investir na diversificação da aprendizagem de todas as crianças, através do planeamento e promoção de



Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) de qualidade que incentivem o desenvolvimento de competências artísticas, culturais e desportivas e ecológicas, valorizando todas as formas de expressão e realização pessoal, ao:

a. Criar um programa Brincar Livre nas escolas, em que os alunos tenham a oportunidade de brincar livremente após o horário letivo, não apenas no recinto escolar, mas também em espaços públicos, como o parque D. Carlos I e Mata D. Leonor e parques infantis;

b. Apoiar as associações de pais para que, juntamente com alunos e famílias, possam planear e implementar AECs que deem resposta aos seus interesses e necessidades;

c. Fomentar parcerias com as escolas do município para a criação de Atividades de Enriquecimento Curriculares para estudantes com necessidades especiais, garantindo a sua gratuidade e transporte municipal nas deslocações das crianças da escola para os locais onde estas se realizem;

d. Promover a cooperação no desenvolvimento desportivo através da colaboração entre autarquias, escolas e associações desportivas para a criação de programas desportivos acessíveis a todas as idades, enfatizando o valor educativo da diversidade social do desporto;

e. Desenvolver projetos de melhoria/desenvolvimento de espaços verdes nas escolas, que permitam aos alunos um maior contacto com a biodiversidade (i.e. microflorestas e hortas nas escolas).

3. Tornar as escolas espaços mais sustentáveis, que promovam o bem estar e desenvolvimento dos alunos, e que estimulem a criação de comunidade através de:

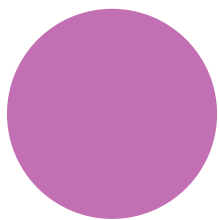
a. Criação de recreios mais sustentáveis, substituindo o alcatrão e cimento por pavimentos permeáveis, e promovendo a arborização e vegetação, de forma a criar mais espaços de sombra natural;

b. Promoção da requalificação de pavilhões e polivalentes escolares, abrindo-os para usufruto da comunidade.

4. Garantir a existência de equipas multidisciplinares nas escolas, que incluam profissionais da psicologia e da assistência social, promovendo a articulação entre escolas, estudantes e suas famílias;

5. Promover a igualdade desde a primeira infância, ao garantir o acesso à educação e cuidados desde os 4 meses de idade, garantindo lugares suficientes em creches e pré-escolar e recorrendo a programas e atividades que incentivem o desenvolvimento saudável das crianças em todas as suas etapas;

6. Garantir o acesso a cantinas públicas, através de um serviço assegurado pelos próprios estabelecimentos de ensino ou pela autarquia, providenciando refeições saudáveis, com qualidade e adequadas às diversas faixas etárias dos alunos, com os nutrientes essenciais para promover a alimentação e estilos de vida saudáveis, de acordo com o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável;



7. Criar um programa municipal de saúde pública e combate à pobreza infantil, através de:

- a. Promoção da literacia em saúde na colaboração entre escolas e autarquia;
- b. Agilização da sinalização de crianças em situação de risco ou de vulnerabilidade, articulando de imediato com as entidades competentes e assegurando uma intervenção multidisciplinar.

8. Investir na educação e formação ao longo do ciclo de vida, tanto em contexto académico e formal (nomeadamente a formação profissional em contexto de trabalho) como informal, com destaque para a Universidade Sénior, democratizando o acesso tanto em meio urbano como rural;

9. Promover a literacia cívica e democrática, especificamente na área da participação política e combate à desinformação, através de iniciativas de contacto com as Juntas de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipais, como a organização de dias abertos à comunidade escolar e de sessões informativas nas escolas;

10. Promover cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) para imigrantes residentes nas respetivas freguesias ou municípios, em parceria com associações locais;

11. Criar um cartão de leitor que dê acesso às bibliotecas das escolas do ensino básico e secundário do concelho por todos os alunos, independentemente do estabelecimento de ensino frequentado;

Desporto

12. Promover o desporto amador abrindo os equipamentos camarários com fins desportivos à comunidade, e garantindo apoios sustentados às associações desportivas que promovem o desporto amador;

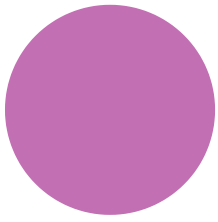
13. Criar um programa municipal que certifique boas práticas na formação desportiva e incentive o acesso de treinadores de desporto a oportunidades de formação inicial e contínua de qualidade;

14. Criar, em articulação com as associações e clubes desportivos, uma bolsa de apoio ao desporto que ajude a financiar a prática desportiva, como o valor das mensalidades, material e equipamento desportivo para crianças, jovens, idosos e pessoas em vulnerabilidade económica;

15. Promover a Igualdade de Género no Desporto implementando programas que aumentem a visibilidade das mulheres no desporto, melhorem as suas condições de formação e promovam a sua integração em estruturas de liderança locais;

16. Desenvolver programas intermunicipais desportivos adaptados para pessoas com deficiência, incluindo modalidades como natação paralímpica, basquetebol e atletismo adaptado, garantindo acesso a treinadores capacitados e espaços acessíveis:

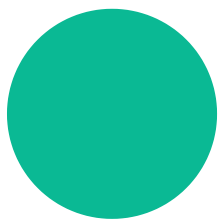
- a. Apoiar e fomentar os clubes desportivos locais existentes na promoção de modalidades inclusivas adaptadas às



peessoas com deficiência;

b. Estabelecer parcerias com organizações locais que representam pessoas com deficiência para co-criar projetos educacionais e desportivos que atendam diretamente às suas necessidades, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades ao longo do ciclo de vida.

17. Investir no desenvolvimento e manutenção de espaços públicos como parques, áreas verdes e zonas de lazer (com equipamentos acessíveis) como forma de incentivo à prática desportiva.



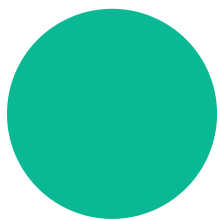
J.

Proteção Civil

As alterações climáticas têm contribuído para a intensificação de catástrofes naturais, como cheias, tempestades, secas e incêndios florestais, com graves consequências para a população. Nas Caldas da Rainha, a crise climática já se faz sentir, testemunhando-se cada vez mais inundações, ventos muito fortes e incêndios rurais, que colocam em risco a vida das pessoas e os seus bens. A proteção civil assume, assim, um papel essencial ao implementar estratégias que integram a prevenção, preparação e resposta rápida. A formação de equipas especializadas, o estabelecimento de sistemas de alerta e a sensibilização das populações são medidas que ajudam a reduzir os riscos e a minimizar os danos. É fundamental envolver a comunidade e os cidadãos nesta preparação contra catástrofes naturais. As redes existentes de apoio e de segurança da comunidade são o pilar para a resiliência da população e para uma recuperação mais rápida em contexto de catástrofe. A criação dessas redes de apoio deve ser uma prioridade e pode ser alcançada através do envolvimento dos cidadãos em atividades de preparação e resposta como simulacros, campanhas de sensibilização e ações de voluntariado, promovendo a solidariedade e encorajando a cooperação entre vizinhos, famílias e organizações locais para enfrentar desafios comuns.

Por isso, propomos:

1. Elaborar a Estratégia Local e Intermunicipal para a Redução do Risco de Catástrofes, alinhadas com o Quadro de Sendai;
2. Atualizar e implementar o Plano de Emergência de Proteção Civil, com especial atenção para os riscos emergentes decorrentes das alterações climáticas;
3. Criar mecanismos intermunicipais e regionais de monitorização de vulnerabilidades e riscos climáticos e ambientais articulados com os planos de ação climática e estratégias de adaptação às alterações climáticas;
4. Implementar estratégias sustentáveis para:
 - a. A redução do risco de cheias, nomeadamente através da criação de áreas de infiltração em meio urbano e a promoção de ações de sensibilização sobre a ocupação humana de zonas costeiras;
 - b. A redução do risco de incêndios florestais, nomeadamente através da reformulação do uso do solo e limpeza de áreas florestais;
 - c. A redução do impacto de sismos através de um protocolo municipal em caso de sismo.
5. Promover atividades de esclarecimento e formação junto da população local, quer através de recursos próprios quer em parceria com outras instituições;



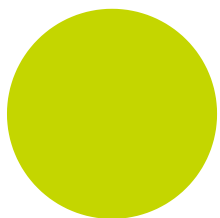
J.

Proteção Civil

6. Estabelecer programas de proximidade, em bairros ou aldeias, para sensibilizar e promover a participação da população nas atividades de Proteção Civil;

7. Promover a participação da sociedade civil nos exercícios e simulacros promovidos pelo município, freguesias ou outras entidades;

8. Promover a formação em primeiros socorros através de programas desenvolvidos pelas autarquias, em parceria com associações tais como as de Bombeiros Voluntários, Delegações locais da Cruz Vermelha Portuguesa, entre outras.



K.

Bem-estar e Proteção Animal

A proteção e o bem-estar animal são pilares fundamentais de uma sociedade justa e solidária. Nas Caldas da Rainha têm sido realizados avanços importantes, mas persistem desafios que exigem um compromisso mais firme e estruturado por parte das autoridades municipais e da comunidade.

O LIVRE defende a cessação de atribuição de verbas públicas e a utilização de espaços públicos do município para atividades que promovam os maus tratos a animais, nomeadamente as touradas, que continuam a ser uma constante neste concelho. É possível promover a cultura, sem apoiar a exploração e sofrimento animal. Assim, devemos repensar a utilização da Praça de Touros e dedicá-la à cultura, através da sua conversão para um espaço multiusos, de concertos e espetáculos, que possa ser usufruído por todas as pessoas.

Caldas da Rainha possui uma rede ativa e comprometida de associações, voluntários e programas municipais, mas continua a necessitar de mais investimento estrutural, apoio institucional e políticas públicas de longo prazo para alcançar um patamar de excelência em bem-estar animal. O concelho enfrenta desafios persistentes: falta de capacidade de acolhimento nos abrigos, abandono de animais, insuficiência de recursos para esterilização em larga escala e necessidade de maior fiscalização e educação cívica. É fundamental converter os atuais canis e gatis municipais em “Casas dos Animais” deixando-se de encarar estes

espaços apenas como locais de recolha temporária ou depósito de animais e passa-se a vê-los como centros de bem-estar animal, com funções mais amplas e humanizadas.

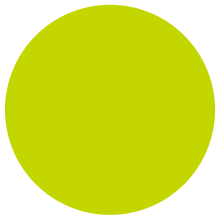
O concelho conta com associações como a CRAPAA (Associação Protetora de Animais Abandonados) e a Rede Leonardo – Proteção Animal, que acolhem, tratam e promovem a adoção de cães e gatos em situação de abandono. Apesar dos recursos limitados, estas entidades têm desempenhado um papel essencial no apoio direto aos animais e na sensibilização da comunidade, e devem ser, por isso, apoiadas institucionalmente.

Caldas da Rainha tem todas as condições para ser um concelho exemplar no domínio da proteção e bem-estar animal. Para isso, é essencial passar de iniciativas pontuais para uma estratégia integrada, sustentável e participativa, em que o município, as associações e os cidadãos atuem em conjunto.

Porque cuidar dos animais é cuidar da comunidade.

Por isso, propomos:

1. Não apoiar a realização de práticas ou espetáculos de entretenimento que envolvam animais, em particular quando assentam na exploração, sofrimento e/ou morte dos mesmos, como é o caso de atividades tauromáquicas e de algumas atividades circenses;
2. Requalificação e reutilização dos espaços



antigamente utilizados para atividades tauromáquicas para espaços multiusos culturais e desportivos;

3. Promover o bem-estar e a proteção animal, ao:

a. Providenciar as verbas necessárias a nível municipal de forma a otimizar a atuação dos veterinários municipais;

b. Fomentar a participação cidadã tanto nos programas municipais como nos de iniciativa de associações e organizações locais;

c. Assegurar o cumprimento da legislação atual.

4. Desenvolver uma estratégia que permita a sinalização, intervenção e acompanhamento de situações de negligência e maus-tratos a animais:

a. Por equipas multidisciplinares que envolvam as entidades competentes;

b. Proporcionando apoio (acesso a cuidados médico-veterinários e/ou de cariz sanitário) a detentores cujas práticas sejam consequência de situações de vulnerabilidade (exemplo: pessoas em situação de sem-abrigo, de desemprego, ou de violência doméstica);

c. Considerando as recomendações da Provedoria do Animal e em observação da legislação em vigor, tendo em vista a erradicação de práticas de confinamento desadequadas à respetiva espécie e/ou raça.

5. Promover, a nível local e articulando com associações, organizações e as autoridades competentes, programas pedagógicos de sensibilização sobre o Bem-estar Animal na

aquisição/adoção de animais de companhia junto da comunidade. E veicular informação sobre as características fisiológicas, comportamentais, riscos de saúde prevalente, cuidados e alimentares, de manutenção, manejo e médico-veterinários de cada espécie, bem como o risco da introdução (muitas vezes accidental) de espécies invasoras nos ecossistemas;

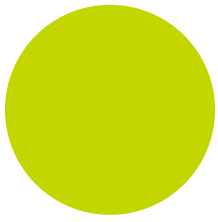
6. Promover a saudável convivência entre as pessoas e os animais nos espaços urbanos e, simultaneamente, controlar a reprodução dos pombos e outras espécies de maneira não violenta e sustentável, sem recorrer a métodos que desequilibrem o ecossistema urbano, ao:

a. Implementar “pombais contraceptivos municipais”, enquanto abordagem ética e ecologicamente consciente para a gestão da população de pombos nas cidades mediante políticas urbanas que respeitem todas as formas de vida;

b. Respeitar a biodiversidade e a de soluções inovadoras que beneficiem o meio ambiente e a saúde pública, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de cidades mais humanas e inclusivas;

c. Controlar a população de gaivotas, pombos e ratos através da introdução de falcoeiros, e outros.

7. Garantir as condições de funcionamento dos Centros de Recolha Oficial de Animais (CROA), alinhada com a Estratégia Nacional para Animais Errantes, realizando a



paulatina transição para equipas com formação em cuidados básicos para bem-estar animal, ao:

- a. Converter os atuais canis e gatis em “Casas dos Animais”;
- b. Criar ou alterar regulamentos dos apoios ao associativismo na política local para incluir a proteção do bem-estar animal;
- c. Criação de sinergias com associações zoófilas locais dando apoio administrativo a candidaturas a fundos do Instituto para a Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- d. Disponibilizar terrenos e imóveis camarários para a implementação de “santuários” dedicados a animais que tenham sido resgatados de situações de violência ou maus-tratos;
- e. Criação de um portal online municipal, com as fotos dos animais para adoção, bem como os seus perfis e historial veterinário;
- f. Reforçar os programas “Capturar-Esterilizar-Devolver” (CED) estabelecendo a definição de metas quantitativas e assegurando protocolos com as associações de defesa dos direitos dos animais e respetivo financiamento.

8. Desenvolver um Programa Municipal de identificação e monitorização das colónias de animais de companhia errantes, em coordenação com os Centros de Recolha Oficial de Animais (CROA), com associações zoófilas e participação cidadã. Promover a construção de abrigos municipais para estas colónias, à salvaguarda da Provedoria Animal Local, e a figura de cuidador/zelador.